



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**

PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

RELATOR : JUIZ PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO

RECORRENTE(S) : ANA LUCIANO DE OLIVEIRA

ADVOGADO(S) : TÚLIO OLIVEIRA ESPÍNDOLA DUARTE E  
OUTRO(S)

RECORRIDO(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADOR(S) : PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª  
REGIÃO

ORIGEM : VT DE MINEIROS

JUIZ (ÍZA) : MARIA APARECIDA PRADO FLEURY BARIANI

EMENTA: DANO MORAL COLETIVO. TRABALHO EM CONDIÇÕES DEGRADANTES, ANÁLOGAS À DE ESCRAVO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. Na fixação do *quantum* indenizatório do dano moral coletivo, devem ser analisados o potencial ofensivo da conduta e sua repercussão na sociedade, a situação econômica das partes envolvidas, o proveito econômico obtido pelos ofensores na exploração do trabalho humano em condições degradantes, a quantidade de trabalhadores submetidos às condições análogas à de escravo, o tempo em que perdurou tal situação, o grau de culpa e o caráter punitivo e pedagógico da indenização.

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

#### ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas.

ACORDAM os Desembargadores da segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em sessão ordinária, por unanimidade, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Sustentou oralmente as razões do recurso o Dr. Hudson Carvalho de Oliveira. Manifestação oral do d. representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. JOSÉ MARCOS DA CUNHA ABREU, pugnando pela manutenção da r. sentença.

Julgamento realizado com a participação dos Excelentíssimos Desembargadores PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO (Presidente), BRENO MEDEIROS e PAULO PIMENTA. Representando o Ministério Público do Trabalho o Excelentíssimo Procurador JOSÉ MARCOS DA CUNHA ABREU.

Goiânia, 28 de setembro de 2011.

(data do julgamento)

#### RELATÓRIO

A Ex.<sup>ma</sup> Juíza Maria Aparecida Prado Fleury Bariani, da Eg. Vara do Trabalho de Mineiros, proferiu sentença julgando procedentes os pedidos formulados na ação civil pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO em face de ANA LUCIANO DE OLIVEIRA e CELSO CARRIJO (fls. 235/243).

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

A primeira reclamada interpõe recurso ordinário (fls. 261/280), suscitando preliminares de ilegitimidade ativa e passiva, pugnando por sua exclusão da demanda. No mérito, insurge-se à sua condenação solidária e, sucessivamente, requer a redução da indenização por danos morais coletivos.

O d. Ministério Público do Trabalho ofertou contrarrazões às fls. 319/337.

Dispensada a remessa dos autos à d. Procuradoria Regional do Trabalho, em face do que prevê o art. 25 do Regimento interno deste Eg. Tribunal.

É o relatório.

VOTO

ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos processuais de admissibilidade, conheço do recurso da reclamada.

Não conheço dos documentos de fls. 283/291 (fotos) e 292/306, juntados pela recorrente, por não restarem preenchidos os requisitos da Súmula nº 8 do C. TST para sua apresentação na fase recursal.

As contrarrazões ofertadas pelo d. Ministério Público do Trabalho às fls. 319/337 foram protocoladas no dia 07/06/2011, muito além do octídio legal para contra-arrazoar,

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

pois o autor tomou ciência inequívoca da interposição do recurso ordinário da reclamada, mediante remessa dos autos ao órgão ministerial (ou seja, pessoalmente), consoante comprova a manifestação de fl. 309, datada em 04/04/2011.

Despicienda, naquela ocasião, a intimação do *parquet* especificamente para contra-arrazoar recurso do qual já fora intimado pessoalmente, e manifestou-se ciente de seus termos, como pretendia o i. Procurador (fl. 309).

Incide na espécie o art. 337 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. Regional, segundo o qual *"as intimações ao Ministério Público do Trabalho deverão ser feitas por meio de remessa dos autos à Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, via Secretaria de Cadastramento Processual, começando a fluir os prazos processuais a partir da data em que o processo for efetivamente recebido naquele órgão"*.

Tendo o Ministério Público do Trabalho manifestado sua ciência do recurso ordinário à fl. 309, em 06/04/2011, são manifestamente intempestivas as contrarrazões ofertadas em 07/06/2011 (fls. 319/337), mais de dois meses após o recebimento dos autos naquele órgão, razão porque não as conheço.

PRELIMINARMENTE

ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
TRABALHO

A presente preliminar foi rechaçada em

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

primeiro grau, sob o fundamento de que, no caso, o MPT atua em defesa de direitos individuais homogêneos, como autoriza o art. 6º, VII, "d", da LC 75/93.

A requerida insiste na existência de ilegitimidade ativa, argumentando que a pretensão inicial não versa sobre direitos individuais homogêneos, porquanto busca o cumprimento de legislação trabalhista e reparação de danos experimentados por apenas três trabalhadores encontrados na carvoaria. Ressalta que os interesses individuais homogêneos não estão inscritos na previsão legal restritiva do art. 83, III, da LC 75/93. Assevera que não há pluralidade de empregados lesados, inexistindo o impacto social dos ilícitos trabalhistas.

A insurgência não prospera.

As pretensões iniciais formuladas nesta ação civil pública fundam-se em resgate de trabalhadores em condições análogas à de escravo e buscam a compensação do dano moral coletivo já causado, além de tutela de caráter inibitório para que os réus sejam compelidos a cumprir as normas de proteção ao trabalhador, em relação a futuros empregados.

Trata-se, portanto, de ação que busca a tutela de direitos e interesses difusos, equivalentes ao anseio de toda a sociedade quanto ao cumprimento das normas de higiene e segurança dos trabalhadores, assegurando-lhes condições dignas no meio ambiente laboral, bem assim quanto à erradicação do trabalho escravo, porquanto constitui prática repudiada, que afronta aos princípios fundamentais da

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, assegurados no art. 1º, III e IV, da Constituição Federal.

A demanda alcança ainda a defesa dos direitos e interesses coletivos de todos os trabalhadores que venham a ser contratados pelos réus, na medida em que o autor postula tutela inibitória, visando compelir os requeridos a cumprirem as normas de segurança e higiene do trabalho e assegurarem todos os direitos trabalhistas aos futuros empregados.

Por fim, a pretensão funda-se também em lesão a direitos individuais homogêneos, de origem comum, em relação aos empregados resgatados da Fazenda Salto, porque submetidos a condições análogas à de escravo, valendo ressaltar que a quantidade de trabalhadores resgatados (três) não diminui a gravidade do ato ilícito patronal, tampouco significa que a lesão tenha se restringido a apenas estes trabalhadores.

Sendo assim, versando a pretensão do *parquet* laboral sobre direitos fundamentais e sociais meta-individuais, de relevante interesse social, decorrentes de relação de trabalho, por força dos arts. 129, III, da CF/88, 6º, VII, d, e 83, III, da Lei Complementar nº 75/93, o Ministério Público do Trabalho é parte legítima para a propositura de ação civil pública com o objetivo de tutelar estes direitos e interesses.

A respeito da legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a ação civil pública, assim leciona Francisco Antônio de Oliveira:

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

"De conformidade com o art. 83, III, da LC 75/93, compete ao Ministério Público do Trabalho 'promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos. Bem assim, compete-lhe a instauração de inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores' (art. 84, II). E o art. 6º, VII, d, deixou claro que compete ao Ministério Público da União, do qual é parte o Ministério Público do Trabalho, 'promover o inquérito civil e a ação civil pública para (...) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos'.

Pode-se, pois, afirmar que o Ministério Público do Trabalho está legitimado para promover a abertura de inquérito civil, bem assim para ajuizar ação civil pública para a defesa de interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos, desde que ligados de alguma forma ao Direito do Trabalho, v.g., a defesa do meio ambiente envolvendo empregados e empregadores(...)" (*in Ação civil Pública*, Ed. Revista dos Tribunais, 2ª edição, pp. 235/236).

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

A recente ementa colhida da mais Alta Corte Trabalhista também reflete o entendimento quanto à legitimidade do Ministério Público do Trabalho para atuar na defesa de direitos individuais homogêneos, lastreada, ainda, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

"LEGITIMIDADE ATIVA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. INTERESSE SOCIAL RELEVANTE. Na dicção da jurisprudência corrente do Supremo Tribunal Federal, os direitos individuais homogêneos nada mais são senão direitos coletivos em sentido lato, uma vez que todas as formas de direitos metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos) são direitos coletivos e, portanto, passíveis de tutela mediante ação civil pública (ou coletiva). Consagrando interpretação sistêmica e harmônica às leis que tratam da legitimidade do Ministério Público do Trabalho (artigos 6º, VII, letras -c- e -d-, 83 e 84 da Lei Complementar n.º 75/1993), não há como negar a legitimidade do *Parquet* para postular tutela judicial de direitos e interesses individuais homogêneos. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 97400-55.2007.5.14.0001, Relator Ministro Lelio Bentes Corrêa, 1ª Turma, DEJT 09/09/2011)

Rejeito a preliminar.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

ILEGITIMIDADE PASSIVA DA PRIMEIRA RECLAMADA

A primeira reclamada pugna por sua exclusão do polo passivo da lide, por ilegitimidade, aduzindo que é válido o contrato de arrendamento firmado com o Sr. Celso Carrijo, verdadeiro empregador, não havendo de se falar em responsabilidade solidária da recorrente ou terceirização de serviços.

A arguição, contudo, não reúne condições de prosperar, eis que as condições da ação são aferidas em abstrato, *in status assertionis*, ou seja, segundo narrado na peça inicial.

O autor denunciou a fraude no contrato de arrendamento celebrado entre a proprietária da Fazenda Salto (a recorrente) e o Sr. Celso Carrijo, que foi quem contratou os empregados e administrava a atividade econômica de extração de madeira e produção de carvão, alegando que se trata de parceria rural extrativa, postulando a condenação solidária de ambos, porque beneficiaram-se da exploração dos trabalhadores.

Esta narrativa é o quanto basta para concluir-se pela legitimidade da primeira requerida, Sra. Ana Luciano de Oliveira, para figurar no polo passivo da demanda.

As questões relativas à validade do contrato de arrendamento e responsabilidade solidária da recorrente dizem respeito ao mérito e serão analisadas oportunamente.

Preliminar rejeitada.

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

MÉRITO

TRABALHO ESCRAVO - RESPONSABILIDADE DA  
PROPRIETÁRIA DA FAZENDA

A primeira requerida, Sra. Ana Luciano de Oliveira, é proprietária da Fazenda Salto em Santa Rita do Araguaia/GO e explora a propriedade por meio de arrendamento de pasto para criação de gado.

Em 31/08/2009, ela celebrou Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural com o segundo requerido, Sr. Celso Carrijo Rezende, para que este explorasse carvão em fração de 46,23 hectares, e devolvesse a área arrendada limpa de madeira (fls. 34/35).

Segundo a própria requerida, ela pretendia limpar (desmatar) a área arrendada, para formar pasto a ser arrendado futuramente, para a criação de gado. Importa consignar, outrossim, que a Sra. Ana admite ser parente em terceiro grau do Sr. Celso e que ela é companheira do pai dele, com quem vive (depoimento, fl. 226).

Ocorre que, em fiscalização realizada pelo Ministério Público do Trabalho na propriedade rural, foram flagrados três empregados trabalhando na carvoaria em condições degradantes, em situação análoga à de escravo, razão por que foram resgatados para as providências necessárias a assegurarem a dignidade destes trabalhadores, consoante depreende-se do Relatório de Inspeção do MPT jungido às fls. 57/72.

O órgão ministerial propôs a presente ação civil pública, postulando reparação civil por danos morais coletivos causados pelos requeridos, além da condenação em obrigações de fazer e não fazer, sob o argumento de o contrato de arrendamento rural é inválido, pois as partes vincularam-se em verdadeira parceria rural, já que ambos beneficiaram-se do trabalho escravo explorado na propriedade, participando o Sr. Celso de modo comissivo, contratando os trabalhadores, submetendo-os às condições degradantes aferidas no local e auferindo os lucros da carvoaria, e a Sra. Ana de modo omissivo, por ter sido negligente na vigilância da mão de obra realizada em sua propriedade, da qual obteve benefício direto e afeto à sua atividade-fim (desmatamento da área para a formação de pasto para criação de gado, a ser arrendado posteriormente).

O d. Juízo *a quo* acolheu a tese do Ministério Público do Trabalho, no sentido de que o contrato de arrendamento rural é inválido, porque não houve fixação de aluguel ou retribuição à arrendatária, condição essencial a este tipo de contrato, além do fato de ter sido revelada a identidade de interesse e o espírito de comunhão (*affectio societatis*) típicos do contrato de sociedade, decorrentes da relação de parentesco entre a arrendante e o arrendatário. Por conseguinte, condenou-os solidariamente a pagarem danos morais coletivos de R\$30.000,00 e a cumprirem diversas obrigações de fazer e não fazer.

A primeira ré insurge-se à sua responsabilização solidária, insistindo na validade do contrato de arrendamento rural, porquanto plenamente

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

possível a estipulação de uma "certa retribuição" (neste caso, terra limpa de madeira) ao invés de aluguel, consoante prevê o art. 3º do Decreto nº59.566/66.

Ressalta que jamais obteve qualquer fruto proveniente da extração vegetal daquela área, sendo o arrendatário o responsável por toda a extração, contratação de empregados e a venda do carvão. Invoca as cláusulas 5ª e 9ª do Contrato, as quais atribuem ao arrendatário a responsabilidade trabalhista.

À análise.

A despeito da discussão a respeito da espécie contratual que vincula os réus, se arrendamento rural ou parceria rural, resta indene de dúvidas que ambos beneficiaram-se diretamente do labor dos trabalhadores resgatados, auferindo os lucros advindos das atividades por eles exercidas - extração de madeira e produção de carvão.

Não pairam dúvidas neste Juízo de que a primeira ré auferiu considerável lucro na atividade empreendida em sua propriedade, ainda que este lucro não esteja diretamente relacionado ao produto explorado (carvão), mas sim ligado ao meio de obtê-lo, ou seja, beneficiou-se por meio do desmatamento e limpeza da área para formação de pasto, atividade para a qual a própria requerida admite não ter condições de arcar, dado o elevado custo para a abertura de terra nativa (fl. 272).

Tendo o labor dos trabalhadores revertido em proveito direto da primeira ré, que buscou escudar-se de

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

quaisquer responsabilidades trabalhistas daí advindas mediante o suposto contrato de arrendamento rural, fica patente a presença de uma relação fático-jurídica entre os trabalhadores e a Sra. Ana, a autorizar a sua responsabilização pelos direitos trabalhistas dos empregados que limpam sua terra.

Tem razão o *Parquet* Laboral ao alertar para o fato de que o vínculo contratual entre as partes não se trata de legítimo arrendamento rural, eis que nesta modalidade de contrato é imprescindível que o preço ajustado seja em quantia fixa e certa de dinheiro, como determina o art. 18 do Decreto nº 59.566/66, que regulamentou o Estatuto da Terra, o qual estipula, inclusive limite máximo do valor do arrendamento (valor do aluguel em dinheiro) no art. 95, XII.

Com efeito, o contrato celebrado entre as partes guarda maior semelhança com a parceria rural, em que há partilha de produtos e lucros da atividade desenvolvida - extração vegetal, para a parceira-proprietária, e carvão, para o parceiro-produtor, não se desnaturando essa espécie contratual quando o parceiro-proprietário concorre apenas com a terra nua, como prevê o Estatuto da Terra (art. 96, VI) e o art. 35, I do Decreto Regulamentador, o que limita, contudo, a participação dos lucros do empreendimento a serem auferidos pelo parceiro-proprietário.

Neste caso, concorrendo a Sra. Ana com a terra nua, obteve como contrapartida a limpeza da terra da vegetação nativa para futura formação de pasto, o que representa a limitação na cota de participação dos frutos

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

advindos da exploração do carvão pelo parceiro-produtor, o segundo réu.

Assemelha-se a parceria firmada pelos réus a um contrato de sociedade, dada a igualdade entre as partes contratantes e a comunhão de forças e resultados, já que ambos colaboraram para a realização de um empreendimento, atraindo as disposições gerais que regem as sociedades, inclusive quanto às responsabilidades dos sócios, por força do art. 34 do Decreto nº59.566/66.

O depoimento pessoal da primeira ré não deixa dúvidas quanto à comunhão de forças e resultados entre ela e o segundo réu, para o empreendimento:

"Que a depoente é parente de terceiro grau com o Sr. Celso; que a depoente mora junto com o pai do Sr. Celso; que a depoente arrendou a terra para o Celso; que o Celso não pagava nenhum valor à depoente pelo arrendamento; que a depoente para ajudar o Sr. Celso a ter renda, deu o pasto para que ele tirasse a madeira para fazer carvão e depois entregasse a terra limpa à depoente; que a depoente ia usar a terra limpa para formar pasto; que a própria depoente ia usar o pasto formado, porque arrenda a fazenda para gado; que a depoente nunca vendeu carvão; que por enquanto a depoente não exerce atividade pecuária nesse imóvel, que só o fará depois do pasto formado(...)" (fl. 226).

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

Sendo assim, a situação fática revelada nos autos subsume-se à regra insculpida no art. 990 do Código Civil, segundo a qual todos os sócios da sociedade em comum são solidária e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações sociais assumidas pelo empreendimento, máxime quando evidente que ambos os réus lograram proveito econômico direto do trabalho executado pelos empregados.

Ficou claro para este Juízo, do cotejo dos documentos de fls. 141/145 (contrato de arrendamento, Licença de Exploração Florestal concedida à Sra. Ana e Certificado de Registro/licenciamento para produção de carvão concedido ao Sr. Celso Carrijo, todos contemporâneos) que o objeto contratado entre os réus (produção de carvão) visou servir especialmente à atividade preparatória para a formação de pastagens.

Em que pese a idade avançada da recorrente (81 anos) e o seu estado de saúde fragilizado (conforme documentos médicos juntados aos autos), há de ser mantida a r. sentença que declarou a responsabilidade solidária da primeira reclamada, Sra. Ana Luciano de Oliveira.

Nego provimento.

DANO MORAL COLETIVO - *QUANTUM* INDENIZATÓRIO

Pugna a primeira reclamada pela redução do valor fixado na sentença a título de indenização por danos morais coletivos (R\$30.000,00), argumentando que é extremamente exorbitante, em especial pelo fato de que os

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

trabalhadores se alimentavam e dormiam na sede periodicamente, como se infere da prova testemunhal.

Razão não lhe assiste.

A prova oral produzida nos autos é frágil, em alguns pontos contraditória, mostrando-se, portanto, destituída de força probante apta a sobrepôr-se ao relatório elaborado pelo Ministério Público do Trabalho (fls. 56/72) e aos depoimentos colhidos dos trabalhadores resgatados pelo órgão ministerial, quando da inspeção *in loco* na carvoaria da Fazenda Salto.

Não se olvide que os requeridos não contestaram especificamente as condições degradantes a que foram submetidos os trabalhadores resgatados, relatados pelo Ministério Público do Trabalho em documento especial, limitando-se a primeira requerida a dizer que não deve ser responsável pelos empregados contratados pelo segundo, e o segundo requerido a alegar que foram sanadas as irregularidades, o que não é verdade, consoante laudo de averiguação do Oficial de Justiça de fls. 246/257.

Os trabalhadores que ali se ativaram foram submetidos a condições degradantes, que os reduziram à condição análoga à de escravo, porquanto restou demonstrado pelo autor da ação que os obreiros da carvoaria: 1) estavam expostos a graves e iminentes riscos de acidentes e doenças, porque não recebiam qualquer espécie de EPIs, os fornos eram precários e frágeis, o veículo utilizado para o transporte da carga era improvisado e precário; 2) necessitavam dormir no local de trabalho (de difícil acesso), em barracos



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

improvisados, feitos por eles próprios, com estacas de madeira e lona bastante danificada (com buracos) e sem qualquer resguardo contra intempéries e animais peçonhentos, com piso de chão batido e em colchões velhos e deteriorados; 3) faziam suas necessidades fisiológicas "no mato", sem papel higiênico, e tomavam banho em pequeno ambiente de lona e madeira, sem o necessário resguardo e sem água limpa; 4) preparavam suas refeições em fogão improvisado, dentro dos mesmos "alojamentos" em que dormiam, sem condições de higiene e conforto, sem local e recipientes adequados para armazenamento dos alimentos; 5) lavavam os utensílios de cozinha em improvisado suporte de madeira, enquanto as roupas eram lavadas em riacho próximo aos barracos, de onde captavam a água para diversos fins, inclusive para beberem, sem prévia filtragem e acondicionada em péssimas condições; 6) não recebiam regularmente pelos serviços prestados, percebendo irrisórias quantias eventualmente; 7) alguns tiveram documentos pessoais retidos pelo Sr. Celso, dificultando o direito de ir e vir e impossibilitando a obtenção de novo emprego; 8) nenhum trabalhador teve sua CTPS registrada, além de terem sido desconsiderados todos os demais direitos trabalhistas.

Da gravidade dos atos ilícitos praticados pelos réus, como acima narrado, emerge o dano moral coletivo desferido contra os trabalhadores explorados e futuros obreiros, e contra toda a sociedade, a merecer a justa reparação, nos termos do art. 186 e 927 do Código Civil.

Na fixação do *quantum* indenizatório do dano moral coletivo, devem ser analisados o potencial ofensivo da conduta e sua repercussão na sociedade, a situação econômica

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

das partes envolvidas, o proveito econômico obtido pelos ofensores na exploração do trabalho humano em condições degradantes, a quantidade de trabalhadores submetidos às condições análogas à de escravo, o tempo em que perdurou tal situação, o grau de culpa e o caráter punitivo e pedagógico da indenização.

*In casu*, os atos ilícitos praticados pelos requeridos possuem grande potencial ofensivo aos trabalhadores explorados e à toda a sociedade, atuando de modo gravíssimo e intolerável contra os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho adotados pela República Brasileira.

Em que pese tenham sido resgatados apenas três trabalhadores na ocasião da inspeção do MPT, há, no inquérito conduzido pelo *Parquet*, fundado no depoimento das vítimas, notícias de que chegaram a laborar 20 trabalhadores na carvoaria da Fazenda Salto Alto, informação não contestada pelos requeridos.

Vale ressaltar que, conquanto os três empregados tenham sido contratados no início de 2010 e resgatados em abril/2010, a carvoaria existe desde agosto/2009, o que corrobora a informação trazida pelas vítimas de que por ali passaram diversos outros obreiros, por certo submetidos às mesmas condições. Assim, os atos ilícitos perduraram por 8 (oito) meses.

A primeira requerida é proprietária rural da Fazenda Salto Alto, que tem 261,78 hectares, na região de

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO  
PROCESSO TRT - RO - 0000849-09.2010.5.18.0191

Santa Rita do Araguaia (fl.40), e obtém renda a partir de arrendamento da fazenda para criação de gado. O segundo requerido é criador de gado e proprietário de açougue em Mineiros. Os trabalhadores resgatados, por sua vez, vivem em condição de miséria humana, podendo ser encontrados na rodoviária da cidade de Mineiros.

Fixadas tais premissas, considero correta a fixação do *quantum* indenizatório em R\$30.000,00 (trinta mil reais), equivalente a R\$10.000,00 para cada trabalhador resgatado, importância que reputo adequada à repreensão do ato abusivo praticado pelos requeridos e capaz de intimidá-los a não reincidirem em prática tão repulsiva.

Nego provimento e mantenho o valor arbitrado à condenação.

#### CONCLUSÃO

Conheço do recurso da primeira requerida e, no mérito, nego-lhe provimento.

É o meu voto.

PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO  
Juiz Relator